

Prefeitura Municipal de Itatiba do Estado de São Paulo

ITATIBA-SP

Professor de Educação Básica I - PEB I
1º ao 5º ano do Ensino Fundamental e EJA

Processo Seletivo Nº 01/2018

OT084-18

DADOS DA OBRA

Título da obra: Prefeitura Municipal de Itatiba do Estado de São Paulo

Cargo: Professor de Educação Básica I - PEB I - 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental e EJA

(Baseado no Processo Seletivo Nº 01/2018)

- Conhecimentos Gerais em Educação
- Segmentos e Modalidades Específicas de Ensino

Gestão de Conteúdos

Emanuela Amaral de Souza

Diagramação/ Editoração Eletrônica

Elaine Cristina

Ana Luiza Cesário

Thais Regis

Produção Editorial

Suelen Domenica Pereira

Leandro Filho

Capa

Joel Ferreira dos Santos

APRESENTAÇÃO

PARABÉNS! ESTE É O PASSAPORTE PARA SUA APROVAÇÃO.

A Nova Concursos tem um único propósito: mudar a vida das pessoas.

Vamos ajudar você a alcançar o tão desejado cargo público.

Nossos livros são elaborados por professores que atuam na área de Concursos Públicos. Assim a matéria é organizada de forma que otimize o tempo do candidato. Afinal corremos contra o tempo, por isso a preparação é muito importante.

Aproveitando, convidamos você para conhecer nossa linha de produtos "Cursos online", conteúdos preparatórios e por edital, ministrados pelos melhores professores do mercado.

Estar à frente é nosso objetivo, sempre.

Contamos com índice de aprovação de 87%*.

O que nos motiva é a busca da excelência. Aumentar este índice é nossa meta.

Acesse **www.novaconcursos.com.br** e conheça todos os nossos produtos.

Oferecemos uma solução completa com foco na sua aprovação, como: apostilas, livros, cursos online, questões comentadas e treinamentos com simulados online.

Desejamos-lhe muito sucesso nesta nova etapa da sua vida!

Obrigado e bons estudos!

*Índice de aprovação baseado em ferramentas internas de medição.

CURSO ONLINE



PASSO 1

Acesse:

www.novaconcursos.com.br/passaporte



PASSO 2

Digite o código do produto no campo indicado no site.

O código encontra-se no verso da capa da apostila.

*Utilize sempre os 8 primeiros dígitos.

Ex: FV054-18



PASSO 3

Pronto!

Você já pode acessar os conteúdos online.

SUMÁRIO

Conhecimentos Gerais em Educação

Conhecimentos Gerais em Educação: Cotidiano escolar;.....	01
A prática educativa;	01
Relação professor.....	03
aluno; planejamento, procedimentos de ensino; currículo e avaliação;	03
A escola democrática;	04
As assembleias escolares;.....	05
A indisciplina na escola: o Bullying escolar – o papel do professor na observação e combate da violência.	05
Inclusão escolar; Necessidades educativas especiais;.....	06
Tecnologia na educação;.....	19
Educação Ambiental.....	22
Plano Municipal de Educação de Itatiba.	21
Estatuto da Criança e do Adolescente.	22
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	77

Bibliografia sugerida:

BACICH, LILIAN; NETO, ADOLFO T.; TREVISANI, FERNANDO DE MELLO (orgs.). Ensino Híbrido: personalização e tecnologia na educação. Porto Alegre: Penso, 2015.....	94
BRAGA, A. R. Meio Ambiente e educação: uma dupla de futuro. Campinas: Mercado das Letras, 2010 (Série Cenas do cotidiano escolar).	94
BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Artigos 53 a 59; 136 e 137.....	95
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e atualizações.....	95
DOUG, LEMOV. Aula nota 10. Tradução de Leda Beck. São Paulo: Da Boa Prosa: Fundação Lemann, 2011.	95
FANTE, C. Fenômeno Bullying: como prevenir a violência e educar para a Paz. São Paulo: Verus, 2005.....	96
FRAIMAN, LEO. Como ensinar bem as crianças e adolescentes de hoje. São Paulo: Metodologia OPEE, 2015.....	97
FRANCO, Gustavo Cosenza de Almeida. Diretrizes curriculares municipais para a Educação ambiental de Itatiba-SP. Itatiba, SP: Secretaria de Educação de Itatiba, 2014.	98
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz & Terra, 1996.....	98
GRAJZER, DEBORAH. Conheça os três usos práticos da Prova Brasil. Publicado no QEDu Blog, 2015.	111
ITATIBA, Prefeitura do Município de Itatiba. Plano Municipal de Educação. Lei nº 4845, de 24 de julho de 2015.....	113
ITATIBA, Prefeitura do Município de Itatiba. Secretaria da Educação. História e Geografia do Município de Itatiba.....	113
LUCKESI, C.C. Sobre notas escolares. Distorções e possibilidades. São Paulo: Cortez, 2014.....	116
MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez, UNESCO, 2000.....	119
RAMOS, R. Inclusão na Prática: estratégias eficazes para a educação inclusiva. 2. ed. São Paulo: Summus, 2010. (Capítulos 5, 6 e 7).....	119
TOGNETTA, L. R. P.; VINHA, T. P. Quando a escola é democrática: um olhar sobre a prática das regras e assembleias na escola. Campinas: Mercado das Letras, 2007. (Cenas do Cotidiano Escolar).....	120

SUMÁRIO

Conhecimentos Específicos

A mediação do professor no processo de construção da escrita. Língua oral e escrita. Análise e reflexão sobre a língua.	01
Gêneros textuais como objeto de ensino.	06
A matemática no cotidiano e nas práticas escolares.	12
O jogo e a resolução de problemas no ensino da Matemática.	26
As concepções, conteúdos e orientações didáticas constantes dos documentos curriculares do município de Itatiba (currículos de 1º ao 5º anos do E. F.).	26
Educação de Jovens e Adultos: processo histórico e concepções. Alfabetização de adultos. Ensinar na diversidade etária (jovens, adultos e idosos na mesma sala).	26
Organização curricular na EJA.	27
Recuperação da aprendizagem de adolescentes, de 15 a 17 anos, com defasagem de idade/série.	32
Diretrizes para a educação de Jovens e Adultos. Cadernos EJA – MEC – Professores: Cultura e Trabalho; Diversidade e Trabalho; Economia Solidária e Trabalho; Emprego e Trabalho; Globalização e Trabalho; Juventude e Trabalho; Meio Ambiente e Trabalho; Mulher e Trabalho; Qualidade de vida, consumo e Trabalho; Segurança e Saúde no Trabalho; Tecnologia e Trabalho; Tempo livre e Trabalho; e Trabalho no Campo.	36

Bibliografia sugerida:

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Cadernos de Língua Portuguesa e Matemática. Brasília: MEC/SEB, 2014.	36
BRACKLING, K. L. Leitura do mundo, leitura da leitura, leitura proficiente: qual é a coisa que esse nome chama? In: Revista Aprender Juntos. São Paulo (SP). Edições SM, 2008.	38
BUENO, L. Gêneros textuais: uma proposta de articulação entre leitura, escrita e análise linguística. In: CENP. Língua Portuguesa: ensinar a ensinar. São Paulo: Secretaria de Educação, 2009.	40
GRANDO, R. C. O jogo na educação matemática: aspectos teóricos e metodológicos. In: . O jogo e a matemática no contexto da sala de aula. São Paulo: Paulus, 2004.	47
KLEIMAN, A. B. Preciso “ensinar” o letramento? Campinas: Cefiel, 2005.	50
LOUSADA, E. G. A abordagem do Interacionismo Sociodiscursivo para análise de textos. In: CUNHA, C. L.; PIRIS, E. L.; CARLOS, J. T. Abordagens metodológicas em estudos discursivos. São Paulo: Paulistana, 2010.	56
ITATIBA: Secretaria de Educação- Currículo do 1º ao 5º ano, 2012.	59
NACARATO, A. M.; MENGALI, B. L. S.; PASSOS, C. L. B. A produção de significados matemáticos. In: . A matemática nos anos iniciais do ensino fundamental: tecendo fios do ensinar e do aprender. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.	60
SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Fundação para o Desenvolvimento da Educação. Ler e Escrever: guia de planejamento e orientações didáticas. Professor – 1º ao 5º ano. São Paulo: FDE, 2010.	60
SMOLE, K. S.; DINIZ, M. I. (Org.). Ler escrever e resolver problemas: habilidades básicas para aprender matemática. Porto Alegre: Artmed, 2001.	62
SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. Sequências Didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: Gêneros orais e escritos na escola. Campinas: Mercado de Letras, 2004.	64
WALLE, J. A. V. Ensinando pela Resolução de Problemas. In: . Matemática no ensino fundamental: formação de professores e aplicação em sala de aula. 1. ed. São Paulo: Artmed, 2009.	66
BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 3, de 15 de junho de 2010. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância.	69
BRUNEL, C. Jovens cada vez mais jovens na educação de jovens e adultos. Porto Alegre: Mediação, 2004.	69

CONHECIMENTOS GERAIS EM EDUCAÇÃO

Conhecimentos Gerais em Educação: Cotidiano escolar;.....	01
A prática educativa;	01
Relação professor	03
aluno; planejamento, procedimentos de ensino; currículo e avaliação;	03
A escola democrática;	04
As assembleias escolares;	05
A indisciplina na escola: o Bullying escolar – o papel do professor na observação e combate da violência.....	05
Inclusão escolar; Necessidades educativas especiais;	06
Tecnologia na educação;.....	19
Educação Ambiental.....	22
Plano Municipal de Educação de Itatiba.	21
Estatuto da Criança e do Adolescente.	22
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	77

Bibliografia sugerida:

BACICH, LILIAN; NETO, ADOLFO T.; TREVISANI, FERNANDO DE MELLO (orgs.). Ensino Híbrido: personalização e tecnologia na educação. Porto Alegre: Penso, 2015.	94
BRAGA, A. R. Meio Ambiente e educação: uma dupla de futuro. Campinas: Mercado das Letras, 2010 (Série Cenas do cotidiano escolar).	94
BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Artigos 53 a 59; 136 e 137	95
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e atualizações.....	95
DOUG, LEMOV. Aula nota 10. Tradução de Leda Beck. São Paulo: Da Boa Prosa: Fundação Lemann, 2011.....	95
FANTE, C. Fenômeno Bullying: como prevenir a violência e educar para a Paz. São Paulo: Verus, 2005.....	96
FRAIMAN, LEO. Como ensinar bem as crianças e adolescentes de hoje. São Paulo: Metodologia OPEE, 2015.....	97
FRANCO, Gustavo Cosenza de Almeida. Diretrizes curriculares municipais para a Educação ambiental de Itatiba-SP. Itatiba, SP: Secretaria de Educação de Itatiba, 2014.	98
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz & Terra, 1996.....	98
GRAJZER, DEBORAH. Conheça os três usos práticos da Prova Brasil. Publicado no QEDu Blog, 2015.	111
ITATIBA, Prefeitura do Município de Itatiba. Plano Municipal de Educação. Lei nº 4845, de 24 de julho de 2015.....	113
ITATIBA, Prefeitura do Município de Itatiba. Secretaria da Educação. História e Geografia do Município de Itatiba.....	113
LUCKESI, C.C. Sobre notas escolares. Distorções e possibilidades. São Paulo: Cortez, 2014.....	116
MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez, UNESCO, 2000.....	119
RAMOS, R. Inclusão na Prática: estratégias eficazes para a educação inclusiva. 2. ed. São Paulo: Summus, 2010. (Capítulos 5, 6 e 7)	119
TOGNETTA, L. R. P.; VINHA, T. P. Quando a escola é democrática: um olhar sobre a prática das regras e assembleias na escola. Campinas: Mercado das Letras, 2007. (Cenas do Cotidiano Escolar).....	120

CONHECIMENTOS GERAIS EM EDUCAÇÃO: COTIDIANO ESCOLAR;

Educar com qualidade e para a vida é o grande desafio da sociedade do século XXI. Em uma sociedade estratificada, a educação surge como um divisor de águas, na busca pela redução das desigualdades sociais e culturais existentes.

A excelência educacional é conquistada por meio de um processo que contempla: um ensino cognitivo de qualidade, com professores bem remunerados, bem qualificados, espaço físico apropriado, o apoio dos familiares dos educandos ao processo de ensino-aprendizagem, o envolvimento dos alunos nas atividades curriculares e extra-curriculares, dentre outros aspectos.

De acordo com, Fernando Haddad, ministro da educação o Brasil pretende alcançar uma educação de qualidade com o seguinte propósito:

“Melhorar a qualidade do ensino público é hoje reconhecida prioridade da nação. Para traduzir esse consenso em ação, colaboramos em duas iniciativas. A primeira é a construção de uma rede de escolas médias federais, com dimensão técnica e profissional. A segunda é proposta para reconciliar a gestão das escolas pelos Estados e municípios com padrões nacionais de investimento e qualidade.”^[1]

Um das grandes metas dos educadores engajados no processo educacional e da sociedade organizada é melhorar a qualidade de ensino ofertado na rede pública seja ela: municipal, estadual ou federal.

Desenvolver uma educação de qualidade significa além de preparar os alunos nos conhecimentos científicos sistematizados, prepará-los para a vida para que atuem como cidadãos críticos que sejam capazes de interferir na realidade circundante em que vivem. De acordo com José Manuel Moran a excelência na educação deve contemplar: “Uma educação de qualidade tem como foco, além do ensinar, ajudar a integrar ensino e vida, conhecimento e ética, reflexão e ação, a ter uma visão de totalidade.”^[2]

Essa busca pela qualidade educacional é um processo que não está só nas unidades escolares, ele envolve a comunidade do bairro onde a Escola está situada, a comunidade onde o educando reside, o seu núcleo familiar, os profissionais que atuam diretamente com os educandos (professores, técnicos e apoio administrativo e pedagógico) os profissionais das Secretarias de Educação estadual e municipal, os órgãos federais educacionais, bem como as entidades sem fins lucrativos.

Um país com uma educação de qualidade que tem como foco a autonomia dos seres envolvidos no processo é um país propício a ter um grande desenvolvimento nos seus diferentes setores tais como: político, econômico, científico, cultural, etc.

A sociedade moderna é complexa e, no campo do conhecimento, vivenciamos um processo dinâmico e sem volta. Nesse contexto, o processo de aprendizagem tornou-se igualmente complexo, intenso, vasto, além de contínuo.

Para atender a uma sociedade dinâmica é necessário instituições de ensino que vivenciem no seu cotidiano práticas inovadoras e que formem os seus alunos para o pleno exercício da cidadania.

As transformações que vêm permeando a sociedade nas últimas décadas geram a necessidade de adaptação aos novos desafios impostos principalmente pelos avanços tecnológicos. A rapidez destas mudanças provoca aflição naqueles que estão envolvidos no processo educacional, pois não há formas mirabolantes, pelo menos a curto prazo, de acompanhar os processos de evolução social que muitas vezes atropelam as propostas de ensino. Para solucionar este impasse Cássio Rodrigues e Ana Cláudia de Souza no artigo: Por um Ensino Efetivo e Estratégico da Linguagem sugerem que uma solução intermediária para esta situação seria: “(...) promover, na esfera educacional, o desenvolvimento de estratégias específicas para lidar com as demandas da vida moderna.”^[3]

Para ocorrer uma efetiva melhora na qualidade da educação brasileira é necessário o envolvimento de todos os segmentos envolvidos no processo educacional. Desta forma os pais, a comunidade organizada, os professores, os funcionários administrativos, os gestores educacionais, os alunos e o poder público devem estabelecer, de forma coletiva, as metas a serem alcançadas estabelecendo as prioridades, a forma como serão executadas e avaliadas.

É importante salientar que para este processo ser significativo e produzir o resultado esperado alguns pontos devem ser observados pela equipe. Sendo assim, para que uma Escola venha ter um bom funcionamento e consequentemente ofereça uma educação inovadora e de qualidade ela deve contemplar em seu plano de metas e ações aspectos como: realização de ações a longo, médio e curto prazo, de forma a atender as necessidades da comunidade escolar, planejamento e trabalho em equipe entre os participantes do processo de ensino-aprendizagem, transparência e clareza nas decisões e ações, qualidade do pessoal, respeito à cultura local da comunidade onde a Escola está inserida.

O grupo familiar é o grande pilar de sustentação de qualquer ser humano. Desta forma, a Escola deve buscar a participação da comunidade, conquistando as famílias para participarem, apoiarem e colaborarem com as ações desenvolvidas pela escola e que influenciam na aprendizagem de seus filhos.

Fonte: <https://www.webartigos.com/artigos/o-cotidiano-escolar/31614>

A PRÁTICA EDUCATIVA

O autor, com este livro, pretende propor alguns critérios que contribuam para articular uma prática reflexiva e coerente sobre a prática educativa, como também oferecer elementos que possibilitem a análise e até modificações dessas condições.

Sua intenção não é dissertar sobre técnicas de ensinar, mas em última análise parte do pressuposto que os docentes, independentemente do nível em que trabalhem, são profissionais, que devem diagnosticar o contexto de trabalho, tomar decisões, atuar e avaliar a pertinência das atuações, a fim de reconduzi-las no sentido adequado.

Um dos objetivos de qualquer bom profissional consiste em ser cada vez mais competente em seu ofício e como qualquer outro profissional, qualquer educador, para melhorar sua prática educativa, se entendemos que a melhora de qualquer das atuações humanas passa pelo conhecimento e pelo controle das variáveis que intervêm nelas; o fato de que os processos de ensino/aprendizagem sejam extremamente complexos - certamente mais complexos do que qualquer outra profissão - não impede, mas sim torna mais necessário, que professores disponham e utilizem referenciais que ajudem a interpretar o que acontece em aula. Se o professor tiver conhecimento desse tipo, o utilizará previamente ao planejar, no próprio processo educativo e, posteriormente, ao realizar uma avaliação do que aconteceu.

O planejamento e a avaliação dos processos educacionais são uma parte inseparável da atuação docente, já que o que acontece nas aulas, a própria intervenção pedagógica, nunca pode ser entendida sem uma análise que leve em conta as intenções, as previsões, as expectativas e a avaliação dos resultados.

De todas as variáveis que incidem sobre os processos de ensino/aprendizagem, se denomina atividade ou tarefa as seguintes: exposição, debate, leitura, pesquisa, exercício, estudo, etc. Elas são unidades básicas do processo de ensino/aprendizagem, cujas variáveis determinam relações interativas professor/alunos e alunos/alunos.

A maneira de configurar as sequências de atividades é um dos traços mais claros que determinam as características diferenciais da prática educativa. Do modelo mais tradicional de "aula magistral" com a sequência, exposição, estudos sobre apontamentos ou manual, prova, (qualificação) até o método de "projetos de trabalho global" (escolha do tema, planejamento, pesquisa e processamento da informação, índice, dossiê de síntese, avaliação), podemos ver que todos têm como elementos identificadores as atividades que os compõem, mas que adquirem personalidade diferencial segundo o modo como se organizam e articulam em sequências ordenadas, que são em última análise, um conjunto de atividades ordenadas, estruturas e articuladas para a realização de certos objetivos educacionais, que têm um princípio e um fim conhecidos tanto pelos professores como pelos alunos.

Os termos unidade didática, unidade de programação ou unidade de intervenção pedagógica passarão a ser usados para se referir às sequências de atividades estruturadas para realização de certos objetivos educacionais.

A FUNÇÃO SOCIAL DO ENSINO E A CONCEPÇÃO SOBRE OS PROCESSOS DE APRENDIZAGEM: INSTRUMENTOS DE ANÁLISE

Até hoje, o papel atribuído ao ensino tem priorizado as capacidades cognitivas, mas nem todas, e sim aquelas que se têm considerado mais relevantes e que, correspondem à aprendizagem das disciplinas ou matérias tradicionais. Na

atualidade, se entendermos que a escola deve se preocupar com a formação integral, seu equilíbrio pessoal, suas relações interpessoais, sua inserção social, consideraremos, então, também que a escola deverá se ocupar das demais capacidades.

Mas, de qualquer forma, ter um conhecimento rigoroso da tarefa do educador implica também saber identificar os fatores que incidem sobre o crescimento dos alunos. O segundo passo consistirá em aceitar ou não o papel que podemos ter neste crescimento e avaliar se a nossa intervenção é coerente com a idéia que temos da função da escola e, portanto, da nossa função social como educadores.

O que fazemos em aula, por menor que seja, incide em maior ou menor grau na formação dos alunos.

Os conteúdos de aprendizagem: instrumentos de explicitação das intenções educativas

Os conteúdos de aprendizagem não se reduzem unicamente às contribuições das disciplinas ou matérias tradicionais. Serão conteúdos de aprendizagem todos aqueles que possibilitem o desenvolvimento das capacidades motoras, afetivas, de relação interpessoal e de inserção social.

Das diferentes formas de classificar a diversidade de conteúdos, COLL (1986) agrupa os conteúdos em conceituais, procedimentais ou atitudinais, o que corresponde respectivamente às perguntas "o que se deve saber?", "o que se deve saber fazer?" e "como se deve ser?".

Assim as perguntas para definir os conteúdos se resumiriam nas definições de saber, saber fazer e ser. Certamente, a maioria dos conteúdos dos exames deveria enfocar - acima de tudo é preciso "saber", que se necessita de um pouco "saber fazer" e que não é muito necessário "ser".

É difícil conhecer os diferentes graus de conhecimento de cada menino ou menina, identificar o desafio de que necessitam, saber que ajuda requerem e estabelecer a avaliação apropriada para cada um deles a fim de que se sintam estimulados a se esforçar em seu trabalho. Mas o fato de que não devemos desistir de buscar meios ou formas de intervenção que, cada vez mais, nos permitam dar uma resposta adequada às necessidades pessoais de todos e cada um de nossos alunos.

Processos de Aprendizagem

Segundo o autor os processos de aprendizagem se subdividem em vários segmentos, a saber: concepção construtivista da aprendizagem, que reúne uma série de princípios que permitem compreender a complexidade dos processos de ensino/aprendizagem e que se articulam em torno da atividade intelectual.

Aprendizado dos conteúdos segundo sua tipologia é a diferenciação dos conteúdos de aprendizagem segundo uma determinada tipologia que nos serve para identificar com mais precisão as intenções educativas.

Aprendizagem dos conteúdos factuais se entende pelo conhecimento dos fatos, acontecimentos, situações e fenômenos concretos e singulares: a idade de uma pessoa, a conquista de um território. O ensino está repleto de conteúdos factuais.

Aprendizagem dos conceitos e princípios são termos abstratos. Os conceitos se referem ao conjunto de fatos, objetos ou símbolos que têm características comuns, e os princípios se referem às mudanças que se produzem num fato, objeto ou situação em relação a outros fatos, objetos ou situações e que normalmente descrevem relações de causa-efeito.

Aprendizagem dos conteúdos procedimentais - inclui entre outras coisas a regras, as técnicas, os métodos, as destrezas ou habilidades, as estratégias, os procedimentos - é um conjunto de ações ordenadas e com um fim, quer dizer, dirigidas para a reação de um objetivo. Ler, desenhar, observar, calcular,

Aprendizagem dos conteúdos atitudinais engloba uma série de conteúdos que por sua vez podemos agrupar em valores, atitudes e normas.

AS SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS E AS SEQUÊNCIAS DO CONTEÚDO

Segundo o autor, que não pretende ilustrar nenhuma tendência específica, mas sim fazer avaliações tendenciosas sobre as formas de ensinar. Um primeiro olhar nos exemplos propostos servirá para examinar se cada um deles pretende alcançar os mesmos objetivos. Assim, para a análise das sequências deve-se examinar, em primeiro lugar, os conteúdos que se trabalham, a fim de julgar se são os mais apropriados para a consecução dos objetivos.

Fonte: <http://pedagogiadidatica.blogspot.com.br/2010/11/pratica-educativa>

RELAÇÃO PROFESSOR ALUNO; PLANEJAMENTO, PROCEDIMENTOS DE ENSINO; CURRÍCULO E AVALIAÇÃO

As relações humanas, embora complexas, são peças fundamentais na realização comportamental e profissional de um indivíduo. Desta forma, a análise dos relacionamentos entre professor/aluno envolve interesses e intenções, sendo esta interação o expoente das consequências, pois a educação é uma das fontes mais importantes do desenvolvimento comportamental e agregação de valores nos membros da espécie humana.

Neste sentido, a interação estabelecida caracteriza-se pela seleção de conteúdos, organização, sistematização didática para facilitar o aprendizado dos alunos e exposição onde o professor demonstrará seus conteúdos.

No entanto este paradigma deve ser quebrado, é preciso não limitar este estudo em relação comportamento do professor com resultados do aluno; devendo introduzir os processos construtivos como mediadores para superar as limitações do paradigma processo-produto.

Até a década de 60 as instituições escolares acreditavam que a rigidez no trato era essencial para que as crianças aprendessem. Esse modelo de escola conservadora e retrógrada não deveria ter espaço na sociedade do século XXI, mas infelizmente, há escolas que se vestem de modernidade, mas em sua prática explicitam uma educação rígida.

O ideal segundo Freire (2007), são professores sem receio de expressar sua afetuosidade, "é preciso não ter medo do carinho [...]. Só os mal-amados e as mal-amadas entendem a atividade docente como um quefazer de insensíveis, de tal maneira cheios de racionalismo que se esvaziam de vida e de sentimentos". Os vínculos afetivos positivos promovem o desenvolvimento, conforme Snyders (1993), "a escola deve proporcionar aos jovens vontade de viver e oferecer-lhes sustentação e ponto de apoio, e a arte mais importante do mestre é provocar a alegria da ação criadora e do conhecimento". Mas há alunos que veem a escola como algo necessário, mas desagradável. Cita-se

Não só os alunos que fracassam, como é de se esperar, mas também muitos e muitos daqueles que são bem sucedidos, de acordo com as regras convencionais, consideram evidente que a escola é triste e está condenada a ser triste [...] Alguns guardam rancor contra a escola, mas o pior talvez seja o fato de que a maioria dos alunos se resigna docemente à monotonia da escola, esperando que ela termine ao fim de cada dia, ao fim de cada ano, ao fim da juventude - na expectativa (e conformando-se com isso) de que ela os prepare para aquele famoso futuro cheio de promessas e ameaças (SNYDERS, 1993)

O espaço destinado à construção do conhecimento deve ser um referencial de aspectos positivos e motivadores. Cada um dos presentes na sala de aula tem uma história que será modificada a partir das experimentações que ocorreram ao longo de sua existência e convivência estudantil. Para afirmar esta ideia, utilizamos Guebert (2008),

É de suma importância destacar que todo processo de construção precisa de uma referência. Neste caso professora-educadora, é uma profissional responsável por ser esta referência, logo sua comunicação verbal, gestual, sua observação e seu desejo de contribuir devem ser intensos. Portanto este estilo da professora-educadora que influencia o desenvolvimento cognitivo e linguístico das crianças e, por outro lado, a interação entre elas, influencia também o estilo comunicativo da própria professora-educadora (GUEBERT, 2008).

Aprendemos que o ser humano torna-se humano pela socialização que é necessária para sua saúde física e mental. Essa socialização deve ser aprendida, exercitada, e nada melhor do que a instituição escolar para cumprir esta ideia. Concordando com essa ideia das pesquisadoras, Snyders (1993) posiciona-se

Dentro da sala de aula, os alunos vivem a experiência das particularidades individuais e das diferenças de grupos e do todo da classe: os indivíduos são diferentes entre si, e muitas vezes de difícil acesso. [...] O todo da classe e o todo da escola têm muita dificuldade em constituir uma unidade. r Na maioria das vezes, eles a encontram mais em fases de oposição comum a uma autoridade exterior do que em suas próprias riquezas. [...] O aluno pode sentir sua originalidade individual ameaçada tanto por seus pares quanto por seus superiores ou pela instituição. A questão é atingir uma alegria das relações, superando esses graves riscos de não- alegria (SNYDERS, 1993)

Mas a relação que existe entre o professor e o aluno não é fácil, nem simples porque temos normalmente diferenças nas idades, na forma de ter constituídos os va-

lores, crenças, princípios, e comportamentos, onde cada uma das partes tem incorporado conceitos diferentes de mundo, principalmente esta nova geração do século XXI que tem acesso às diferentes informações, ao que acontece no mundo e facilidade de manuseio dos modernos recursos, muitas vezes mais fluentemente do que os seus professores.

A importância que o professor tem na vida de um aluno é expressa na fala de Snyders (1993), “as coisas que eu aprendi diretamente da boca de meus professores (na escola, portanto, e não nos livros) permanecem estreitamente ligadas, na minha lembrança, àqueles que as formularam”.

Os professores têm ainda a responsabilidade e o dever de tentar minimizar seus gostos pessoais e preferências para não prejudicar e confundir seus alunos, provocando sentimentos de baixa autoestima. Para confirmar essa ideia, cita-se Snyders (1993), “inevitavelmente, introduzem-se naquelas longas horas de aula as mudanças de humor do professor, seus equívocos e seus momentos de distração, suas escolhas arbitrárias ou que, pelo menos, assim parecem, dividindo a classe em rejeitados, suspeitos e preferidos”.

A interação, o comprometimento entre o professor e seus alunos, deve refletir a importância da relação, tanto da parte do professor que deve almejar que todos os seus alunos comprometam-se do mesmo modo – o qual ele considera o correto, bem como os alunos que não podem confundir a função.

A relação entre professor e aluno depende do clima estabelecido pelo professor, da relação empática com seus alunos, de sua capacidade de ouvir, refletir e discutir o nível de compreensão dos alunos e da criação das pontes entre o seu conhecimento e o deles. Indica também, que o professor, educador da era industrial com raras exceções, deve buscar educar para as mudanças, para a autonomia, para a liberdade possível numa abordagem global, trabalhando o lado positivo dos alunos e para a formação de um cidadão consciente de seus deveres e de suas responsabilidades sociais. (Texto adaptado de SILVA, L. T. B. D. da; GARBIN, A. R.; NASCIMENTO, N. B.).

A ESCOLA DEMOCRÁTICA

Na escola democrática todos têm direitos de decisão sobre o seu destino. O compartilhamento das responsabilidades e as decisões que podem alterar a posição de cada um no coletivo são tomadas em conjunto, incluindo gestores, educadores, funcionários, estudantes e pais. Cada um é, nesse sentido, responsável por si, mas também pelos demais. Essa perspectiva política e filosófica impacta diretamente todos os aspectos da organização escolar: seu modelo de gestão, sua espacialidade, seus tempos e, claro, seu currículo.

A aprendizagem na Educação Democrática baseia-se no estímulo e no exercício do desejo de conhecer e ensinar. Segundo a socióloga e diretora pedagógica da Cidade Escola Aprendiz, Helena Singer, são três os seus princípios:

- O primeiro é a autogestão. As pessoas que participam de uma experiência de Educação Democrática são responsáveis por ela.

- O segundo é o prazer do conhecimento. Acredita-se que o conhecimento traz alegria, prazer, e por isso as pessoas se envolvem com ele, não sendo necessárias punições ou disciplinas.

- E o terceiro é que não há hierarquia no conhecimento. O conhecimento científico, o conhecimento acadêmico, o conhecimento comunitário, o conhecimento tradicional, o conhecimento religioso, todos os conhecimentos são valorizados, respeitados e crescem justamente no seu contato.

Movimentos nacionais e internacionais

No final dos anos 1990, teve início o movimento para construção de uma rede internacional de educação democrática (International Education Network –IDEN), que embora tenha como pontos fortes de sua construção, organizações, indivíduos e escolas na Europa, nos Estados Unidos e em Israel, também está presente em diversos países espalhados pelos cinco continentes. O movimento articula, sobretudo, iniciativas de organizações educativas que promovem a democracia da gestão e do conhecimento. Isso significa que nelas, estudantes, educadores e funcionários participam do processo de gestão e o currículo se constrói seguindo os interesses dos estudantes.

O Brasil começou a participar desta rede no início dos anos 2000. Em 2007, a Conferência Internacional de Educação Democrática aconteceu em Mogi das Cruzes, durante o Fórum Social Mundial.

Em 2013 foi lançado o Manifesto “Mudar a Escola, Melhorar a Educação: Transformar um País”. Este manifesto foi escrito por educadores, ativistas e pesquisadores que, desde 2008, se articulam em uma rede cuja página virtual conta com mais de dois mil membros ligados a algumas centenas de iniciativas democráticas de todo o país. Encontros regionais desta rede passaram a debater princípios comuns a uma proposta de transformação social a partir da educação. Dessa forma, o Manifesto afirma a necessidade de se garantir a gestão democrática das escolas, o fortalecimento das “comunidades de aprendizagem concebidas por um projeto coletivo baseado num projeto local de desenvolvimento” e a educação integral como uma proposta que supera a fragmentação do conhecimento nas séries e disciplinas.

O Manifesto foi lançado durante Conferência Nacional de Alternativas para uma Nova Educação, em Brasília, e depois entregue ao Ministério da Educação e debatido em mais de trinta cidades, incluindo Câmaras dos Vereadores, comunidades e secretarias de educação.

A partir destas atividades, novos pontos da rede se fortaleceram. Em rede social virtual, criou-se a página da Rede Nacional de Educação Democrática. Encontros presenciais começaram a acontecer mensalmente em diferentes partes do país. Ativistas estrangeiros promoveram a integração desta rede à IDEN.

Paralelamente, estes e outros ativistas desenvolveram a Rede de Educação Alternativa – Reevo, que, entre outras ações, disponibiliza uma plataforma colaborativa mundial,

SEGMENTOS E MODALIDADES ESPECÍFICAS DE ENSINO

A mediação do professor no processo de construção da escrita. Língua oral e escrita. Análise e reflexão sobre a língua.	01
Gêneros textuais como objeto de ensino.	06
A matemática no cotidiano e nas práticas escolares.	12
O jogo e a resolução de problemas no ensino da Matemática.	26
As concepções, conteúdos e orientações didáticas constantes dos documentos curriculares do município de Itatiba (currículos de 1º ao 5º anos do E. F.).	26
Educação de Jovens e Adultos: processo histórico e concepções. Alfabetização de adultos. Ensinar na diversidade etária (jovens, adultos e idosos na mesma sala).	26
Organização curricular na EJA.	27
Recuperação da aprendizagem de adolescentes, de 15 a 17 anos, com defasagem de idade/série.	32
Diretrizes para a educação de Jovens e Adultos. Cadernos EJA – MEC – Professores: Cultura e Trabalho; Diversidade e Trabalho; Economia Solidária e Trabalho; Emprego e Trabalho; Globalização e Trabalho; Juventude e Trabalho; Meio Ambiente e Trabalho; Mulher e Trabalho; Qualidade de vida, consumo e Trabalho; Segurança e Saúde no Trabalho; Tecnologia e Trabalho; Tempo livre e Trabalho; e Trabalho no Campo.	36

Bibliografia sugerida:

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Cadernos de Língua Portuguesa e Matemática. Brasília: MEC/SEB, 2014.	36
BRACKLING, K. L. Leitura do mundo, leitura da leitura, leitura proficiente: qual é a coisa que esse nome chama? In: Revista Aprender Juntos. São Paulo (SP). Edições SM, 2008.	38
BUENO, L. Gêneros textuais: uma proposta de articulação entre leitura, escrita e análise linguística. In: CENP. Língua Portuguesa: ensinar a ensinar. São Paulo: Secretaria de Educação, 2009.	40
GRANDO, R. C. O jogo na educação matemática: aspectos teóricos e metodológicos. In: . O jogo e a matemática no contexto da sala de aula. São Paulo: Paulus, 2004.	47
KLEIMAN, A. B. Preciso “ensinar” o letramento? Campinas: Cefiel, 2005.	50
LOUSADA, E. G. A abordagem do Interacionismo Sociodiscursivo para análise de textos. In: CUNHA, C. L.; PIRIS, E. L.; CARLOS, J. T. Abordagens metodológicas em estudos discursivos. São Paulo: Paulistana, 2010.	56
ITATIBA: Secretaria de Educação- Currículo do 1º ao 5º ano, 2012.	59
NACARATO, A. M.; MENGALI, B. L. S.; PASSOS, C. L. B. A produção de significados matemáticos. In: . A matemática nos anos iniciais do ensino fundamental: tecendo fios do ensinar e do aprender. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.	60
SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Fundação para o Desenvolvimento da Educação. Ler e Escrever: guia de planejamento e orientações didáticas. Professor – 1º ao 5º ano. São Paulo: FDE, 2010.	60
SMOLE, K. S.; DINIZ, M. I. (Org.). Ler escrever e resolver problemas: habilidades básicas para aprender matemática. Porto Alegre: Artmed, 2001.	62
SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. Sequências Didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: Gêneros orais e escritos na escola. Campinas: Mercado de Letras, 2004.	64
WALLE, J. A. V. Ensinando pela Resolução de Problemas. In: . Matemática no ensino fundamental: formação de professores e aplicação em sala de aula. 1. ed. São Paulo: Artmed, 2009.	66
BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 3, de 15 de junho de 2010. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância.	69
BRUNEL, C. Jovens cada vez mais jovens na educação de jovens e adultos. Porto Alegre: Mediação, 2004.	69

A MEDIAÇÃO DO PROFESSOR NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA ESCRITA; LÍNGUA ORAL E ESCRITA; ANÁLISE E REFLEXÃO SOBRE A LÍNGUA.

A construção do pensamento e da linguagem

Conforme Rabello e Passos¹, no livro, “A construção do pensamento e da linguagem”, Vygotsky estuda questões fundamentais do pensamento infantil, formula concepções inteiramente novas para a época em que o escreveu, articula seu pensamento em um bem urdido aparato conceitual e sedimenta o processo infantil de aquisição da linguagem e do conhecimento com um sistema de categorias bem definidas, subordinando todo o seu trabalho a uma clara orientação epistemológica.

Para o autor a linguagem é, antes de tudo, social. Portanto, sua função inicial é a comunicação, expressão e compreensão. Essa função comunicativa está estreitamente combinada com o pensamento. A comunicação é uma espécie de função básica porque permite a interação social e, ao mesmo tempo, organiza o pensamento.

Para Vygotsky, a aquisição da linguagem passa por três fases: a linguagem social, que seria esta que tem por função denominar e comunicar, e seria a primeira linguagem que surge. Depois teríamos a linguagem egocêntrica e a linguagem interior, intimamente ligada ao pensamento.

A linguagem egocêntrica

A progressão da fala social para a fala interna, ou seja, o processamento de perguntas e respostas dentro de nós mesmos – o que estaria bem próximo ao pensamento, representa a transição da função comunicativa para a função intelectual. Nesta transição, surge a chamada fala egocêntrica. Trata-se da fala que a criança emite para si mesmo, em voz baixa, enquanto está concentrado em alguma atividade. Esta fala, além de acompanhar a atividade infantil, é um instrumento para pensar em sentido estrito, isto é, planejar uma resolução para a tarefa durante a atividade na qual a criança está entretida.

A fala egocêntrica constitui uma linguagem para a pessoa mesma, e não uma linguagem social, com funções de comunicação e interação. Esse “falar sozinho” é essencial porque ajuda a organizar melhor as ideias e planejar melhor as ações. É como se a criança precisasse falar para resolver um problema que, nós adultos, resolveríamos apenas no plano do pensamento / raciocínio.

Uma contribuição importante de Vygotsky, descrita no livro, é o fato de que, por volta dos dois anos de idade, o desenvolvimento do pensamento e da linguagem – que até então eram estudados em separado – se fundem, criando uma nova forma de comportamento.

Este momento crucial, quando a linguagem começa a servir o intelecto e os pensamentos começam a oralizar-se – a fase da fala egocêntrica – é marcado pela curiosidade da criança pelas palavras, por perguntas acerca de todas as coisas novas (“o que é isso?”) e pelo enriquecimento do vocabulário.

O declínio da vocalização egocêntrica é sinal de que a criança progressivamente abstrai o som, adquirindo capacidade de “pensar as palavras”, sem precisar dizê-las. Já estamos entrando na fase do discurso interior. Se, durante a fase da fala egocêntrica houver alguma deficiência de elementos e processos de interação social, qualquer fator que aumente o isolamento da criança, iremos perceber que seu discurso egocêntrico aumentará subitamente. Isso é importante para o cotidiano dos educadores, em que eles podem detectar possíveis deficiências no processo de socialização da criança.

Discurso interior e pensamento

O discurso interior é uma fase posterior à fala egocêntrica. É quando as palavras passam a ser pensadas, sem que necessariamente sejam faladas. É um pensamento em palavras. Já o pensamento é um plano mais profundo do discurso interior, que tem por função criar conexões e resolver problemas, o que não é, necessariamente, feito em palavras. É algo feito de ideias, que muitas vezes nem conseguimos verbalizar, ou demoramos ainda um tempo para achar as palavras certas para exprimir um pensamento.

O pensamento não coincide de forma exata com os significados das palavras. O pensamento vai além, porque capta as relações entre as palavras de uma forma mais complexa e completa que a gramática faz na linguagem escrita e falada. Para a expressão verbal do pensamento, às vezes é preciso um esforço grande para concentrar todo o conteúdo de uma reflexão em uma frase ou em um discurso. Portanto, podemos concluir que o pensamento não se reflete na palavra; realiza-se nela, a medida em que é a linguagem que permite a transmissão do seu pensamento para outra pessoa (Vygotsky, 1998)

Finalmente, cabe destacar que o pensamento não é o último plano analisável da linguagem. Podemos encontrar um último plano interior: a motivação do pensamento, a esfera motivacional de nossa consciência, que abrange nossas inclinações e necessidades, nossos interesses e impulsos, nossos afetos e emoções. Tudo isso vai refletir imensamente na nossa fala e no nosso pensamento.

O pensamento e a fala unem-se em pensamento verbal. Neste significado há um sentido cognitivo e um afetivo, que sempre estão intimamente entrelaçados.

Para Vygotsky, a criança se inscreve desde os seus primeiros dias num sistema de comportamento social em que suas atividades adquirem significado. Sua relação com o ambiente se dá por meio da relação com outras pessoas, situação em que é oferecido a ela um conjunto de acepções, já culturalmente enraizado no grupo em que ela foi inserida. Os significados, por sua vez, são interiorizados ao longo de seu processo de desenvolvimento, culminando com o aparecimento do pensamento verbal. Assim, o

¹ Texto adaptado de RABELLO, E.T. e PASSOS, J. S.

pensamento verbal - síntese entre a atividade prática e a fala - é uma forma de comportamento que se circunscreve num processo histórico-cultural e suas características e propriedades não podem ser vislumbradas nas formas naturais da fala e do pensamento.

Relações entre escrita, oralidade, linguagem verbal e não verbal

Linguagem, Língua e Fala²

A linguagem é um conjunto de sinais utilizados pelo homem nas diferentes formas de comunicação oral e escrita, estabelecendo uma relação de convivência em sociedade, adquirindo habilidades e compreensão do mundo efetivando seu domínio linguístico, viabilizando uma formação de cidadão atuante, capaz de participar criticamente da vida social, percebendo e se posicionando frente à realidade que o cerca, desenvolvendo formas interpretativas, questionando e propondo soluções que implicam buscas constantes de uma aprendizagem significativa, com representação do pensamento e da ação, construindo, defendendo e valorizando opiniões, permitindo selecionar formas de expressões adequadas às diferentes situações comunicativas onde o intercâmbio se dá através de fontes escritas, pois, segundo Vygotsky a linguagem é um conjunto de símbolos com caráter histórico e social, que enfatizam a importância da informação e da interação linguística para a construção do conhecimento. Segundo Chamsky, já nascemos com capacidade de comunicação. Há uma grande diferença entre, linguagem, língua e fala, embora todas tratassem da mesma ação, cada uma com sua especificidade. Não é possível ensinar os elementos do processo comunicativo para os alunos sem adequar o conteúdo ao receptor que temos.

A capacidade de comunicação pode ocorrer através de uma língua que, segundo Saussure, é um conjunto de signos linguísticos. Para Chamsky, língua é um conjunto infinito de frases regido por um número infinito frases e regras.

É através da língua que expressamos a nossa linguagem. Essas duas definições tratam da competência linguística do falante, ou seja, da capacidade que todo falante tem de entender e produzir frases na sua língua. O mesmo já não acontece com a fala, ela está ligada à performance linguística, o uso que o falante faz da língua.

O fato de um falante falar bem, não significa que ele domine todas as normas de sua língua, existem falantes que não falam e escrevem bem e se comunicam por outro meio que não é a fala. No entanto, uma prática pedagógica adequada, precisa basear-se na compreensão de que o aluno é sujeito do processo de conhecimento; que a aprendizagem pressupõe a interação do mesmo com o objeto de aprendizagem e que a prática pedagógica seja orientada por uma metodologia que considere a necessidade de reflexão efetiva sobre a linguagem escrita.

A linguagem compreende o processo de interação interpessoal, que se realiza nas práticas sociais, possibilitando a representação do pensamento e da ação, comunicando ideias e interações, influenciando os outros e estabelecendo relações.

Nessa perspectiva, cabe à escola proporcionar ao aluno o exercício de cidadania na busca de habilidades, conhecimentos, atitudes, valores e formas de atuar na sociedade por meio de uma aprendizagem significativa, compreendendo e se posicionando frente à realidade, desenvolvendo novas formas de interpreta-las, questionando, propondo soluções e sendo leitor crítico, envolvidos nas relações cognitivas e afetivas em situações formais de comunicação oral e escrita.

Deve-se ter cuidado para não valorizar somente a escrita desvalorizando a fala do aluno. A comunicação se dá através das duas formas embora na escola haja uma valorização maior da escrita em relação à fala, mas é importante que saibamos contemplar e transmitir aos alunos as duas formas de expressão- "Oralidade e Escrita" mostrando-lhes como eliminar os vícios de linguagem adquiridos através da gíria.

A competência linguística se refere ao "saberes que o falante/ intérprete possui sobre a linguagem de seu cotidiano e utiliza para a construção das expressões que compõe seus textos orais e escritos, formais ou informais independente da norma padrão, escolar ou culta"

A intervenção pedagógica diante das dificuldades, regularidades, irregularidades e construção de hipóteses em relação à oralidade e a escrita visa à compreensão e alteração da atitude dos alunos e a superação dos erros, pois, aprender a escrever, envolve a compreensão e o uso de regras gramaticais, possibilitando uma auto-reflexão para escrever corretamente, pois, a leitura e a escrita são ferramentas poderosas para o processo de desenvolvimento individual e coletivo da autonomia, não somente nas aulas de língua portuguesa, mas de forma interdisciplinar em todas as situações em que se pretende ensinar por meio da linguagem e ampliação de gama de gêneros textuais, pois, segundo BAKHTIN a utilização da língua se concretiza em forma de enunciados orais e escritos. Os enunciados estão intrinsecamente relacionados às especificidades de comunicação de cada esfera humana.

Com diferentes conteúdos, estilos e formas proporcionando situações de estímulos da linguagem oral e escrita que propiciam experiências significativas e criem um ambiente motivador para escutar, ler, pronunciar-se de forma a permitir expressar sentimentos, pensamentos e histórias por meio das mais diversas modalidades da linguagem.

A Fala e a Escrita

No Brasil, a Língua Portuguesa apresenta vários dialetos. As pessoas são identificadas, geográfica e socialmente pela forma como falam e por isso, há muito preconceito atribuídos aos diferentes modos de falar. É comum considerar as variedades linguísticas de menor prestígio como inferiores ou erradas.

² Texto adaptado de CUNHA, M. H. V. B. A fala cotidiana do aluno e sua influência no processo de ensino aprendizagem.

Este preconceito difundido na sociedade em relação às falas dialetais deve ser enfrentado, na escola, como respeito às diferenças. Para isso, e também para poder ensinar Língua Portuguesa, a escola precisa livrar-se de alguns mitos: o de que uma única forma “certa de falar, ou seja, aquela que se parece com a escrita, considerando a escrita o espelho da fala e que seria preciso ‘consertar’ a fala do aluno para evitar que ele escreva errado”.

Essas duas crenças, além de desvalorizar a forma de falar do aluno, denotam desconhecimento de que a escrita de uma língua não corresponde inteiramente a nenhum de seus dialetos. A questão não é falar certo ou errado, mas saber qual a forma de fala utilizar, considerando as características do contexto de comunicação, ou seja, saber adequar o registro às diferentes situações comunicativas. É saber coordenar o que falar e como fazê-lo considerando a quem e por que se diz determinado assunto. Falar bem é falar adequadamente, é produzir o efeito pretendido.

A própria condição do aluno exige o domínio de determinados usos da linguagem oral. Não é diferente o pensamento de Bechara quando afirma que: “a escola não se trata obviamente de ‘ensinar a fala’, mas mostrar aos alunos a grande variedade de usos da fala, dando-lhes a consciência de que a língua não é homogênea, monolítica, trabalhando com eles os diferentes níveis (do mais coloquial ao mais formal) das duas modalidades – escrita e falada – isto é, procurando torná-los ‘políglotas’ dentro de sua própria língua”.

É função da escola ensinar o aluno a utilizar a linguagem oral nas diversas situações comunicativas, especialmente nas mais formais.

Considerando que a expressão verbal oral e escrita, proporciona aos alunos a possibilidade de reelaboração e organização de suas representações sociais, bem como adequar a fala nas diferentes formas de comunicação. Faz-se necessário que o aluno compreenda as diferenças entre a oralidade e a escrita, as convenções gráficas, domínio de relações entre grafemas e fonemas, regularidades e irregularidades ortográficas. Ensinar a escrever requer conhecimento, sistematização e afeto. As produções textuais devem ser trabalhadas numa situação contextualizadas de comunicação, com atividades de integração, trabalhos em grupos, debates, teatro, dinâmicas, relatos, produções e reproduções de fatos atuais, resenhas, pesquisas bibliográficas, slogans, sites da internet e atividades interdisciplinares utilizando tipologias textuais como recursos que facilitam a compreensão das informações diversas do cotidiano.

Nas atividades envolvendo a escuta é importante que o professor trabalhe com o aluno o respeito pela opinião e pela forma de falar com o outro, a habilidade de ouvir atentamente, intervindo de forma adequada a atribuição de significados à aquilo que se ouve, a percepção da intencionalidade de quem fala.

É importante que o aluno compreenda a utilidade da escrita e o seu poder e que por meio dela é possível se expressar de forma concreta, crítica e reflexiva. Pois, segundo Piaget, “Um ensino que seja mais integrado, que não considere o aluno o ser zerado de conhecimento

e vivência, propondo um ensino a partir do que o aluno já sabe, acrescentando novos conceitos aos conceitos já existentes e propondo uma nova forma de vê-los. Assim acredita-se ele teremos cidadão pensantes e críticos”

A Leitura e a Escrita

Atividades enriquecedoras visam aprimorar a leitura e ampliar o universo cultural dos alunos num processo interativo para enriquecimento dos conhecimentos e domínio das habilidades de leitura e escrita.

A leitura e a escrita apesar de serem apresentadas como dois sub-bloco na verdade elas são práticas que se completam. São fortemente relacionadas e se modificam mutuamente no processo de letramento, ou seja, a escrita transforma a fala (a constituição da ‘fala letrada’) e a fala influencia a escrita (o aparecimento de ‘traços da oralidade’ nos textos escritos). São práticas que permitem ao aluno construir seus conhecimentos sobre os diferentes gêneros, sobre os procedimentos mais adequados para lê-los e escrevê-los e sobre as circunstâncias de uso da escrita.

Há de se criar, na escola, oportunidades para que o aluno descubra o prazer de escrever, troque informações e enfrente dificuldades normais que a língua escrita traz em seu contexto e, a partir dessas dificuldades, construa o seu conhecimento léxico/ gramatical, segundo FRANCO; se a escola pretende a competência comunicativa do usuário da língua escrita, tem que instrumentalizar o aluno para tal. Há que trabalhar o uso da escrita em suas variadas dimensões e convenções (cartas, bilhetes, propagandas, receitas, textos informativos, formativos literários...). Qualquer fragmentação ou hierarquização da língua é reducionista e comprometedor.

É atribuição da escola colocar o aluno em contato com a língua de maneira planejada, em situação de uso da língua escrita, intérprete e produtor, e não à frente de atividade/ exercício. O exercício por si só, não ensina nada. Há que se trocar o exercício por situação de aprendizagem.

Uma situação de aprendizagem é a que apresenta questões de construção e de reconstrução que façam o aluno pensar, analisar e propor soluções.

Se os alunos apresentam dificuldades na escrita em relação à fala, serão desenvolvidas metodologias diversificadas priorizando a formação do cidadão atuante, crítico e participativo na vida social, adotando instrumentos e recursos linguísticos que impliquem na interação e inserção significativa no contexto escolar, familiar e social.

A linguagem oral e escrita devem ser ensinada e sistematizada, planejando situações que favoreçam a aprendizagem escrita com organização textual, recursos estilísticos, empregos das palavras e dos padrões, da escrita, adotando procedimentos didáticos de análises e reflexão que, possibilitam a exposição frequente a formas linguísticas que os alunos precisam conhecer, para que se tornem usuários competentes da língua escrita, pois, a linguagem pressupõe a apropriação e o desenvolvimento de habilidades cada vez mais complexas.

A proposta do trabalho pedagógico procura articular como as mais recentes discussões sobre como se ensina e se aprende a língua portuguesa, possibilitando

uma compreensão mais adequada desses processos e conseqüentemente, a organização de uma prática pedagógica mais eficaz baseando-se na compreensão de que o aluno é sujeito do processo de conhecimento; de que a aprendizagem pressupõe a interação do aluno com o objetivo de aprendizagem em que a prática pedagógica deve ser orientada por uma metodologia que considere a necessidade efetiva sobre a linguagem escrita.

Além disso, hoje se sabe que é fundamental na participação cidadã, o domínio da linguagem verbal, em especial a que se realiza nas instâncias públicas de linguagem. Sabe-se, ainda, que a finalidade da escola é formar o aluno para essa participação cidadã. Dessa maneira a Língua Portuguesa precisa ter como objetivo de ensino a linguagem escrita que circula pelos diferentes contextos dentro e fora da escola.

Ao entrar para a escola a criança busca completar o conhecimento linguístico que já possui, anseia pela leitura e escrita.

Um dos objetivos da escola é atender a esse anseio, propiciando aos alunos condições para que possam redescobrir, criar, inventar a leitura e a escrita com possibilidades de representação do pensamento e da ação comunicando ideias e intenções, influenciando e estabelecendo relações através dos diferentes níveis linguísticos, compreendendo a linguagem como processo de interação interpessoal que se realiza nas práticas sociais, investigando as competências desenvolvidas utilizando-as em situações significativas envolvendo a compreensão das variedades linguísticas, possibilitando a expressão e a produção de oralidade e da escrita, desenvolvendo possibilidades de interferência valorizando as culturas dialetais, ampliando o vocabulário, criando formas contextualizadas com o meio social de comunicação.

A escola elegeu como padrão de trabalho e de análise de desempenho, a língua utilizada por um determinado grupo social e normatizada dentro de uma gramática fechada em si. Desconsidera que o aluno já é um falante capaz de entender e falar a língua portuguesa, dentro de determinado dialeto – que varia de região para região – e, ainda exige que esse aluno domine o conhecimento ortográfico, arbitrariamente organizado, sem-lhes dar nenhuma oportunidade de construção, pois o ensino de ortografia deve ser entendido como um processo de construção individual do aluno é imprescindível a intervenção do educador nesse processo de aprendizagem, pois ao mesmo tempo em que as normas ortográficas não podem ser impostas ao aluno também não se pode esperar que ele aprenda sozinho. Impor que os alunos copiem várias vezes uma palavra “errada” são modos ineficazes de ensinar ortografia. O fato de decorar uma regra ou escrita de uma determinada palavra não é sinônimo de entendimento da função das normas ortográficas. Deve-se ter em mente que o aprendiz precisa refletir sobre suas dificuldades ortográficas. Uma das contribuições mais importantes percebidas pelos linguistas em pesquisas recentes é a redefinição da noção do erro de grafia. Em seus estudos, Ramós:

“Em vez de ser concebido como evidência de uma falha de domínio de algumas das regras ortográficas, o erro é concebido como evidência da aplicação de uma hipótese sobre o sistema ortográfico. O erro mostra que o aprendiz está realizando uma etapa desse processo, testando uma hipótese formulada por ele com base em seu conhecimento prévio e sua habilidade de formular e aplicar generalizações”.

Partindo desse princípio, ela conclui que o estudo dos erros seria um modo pertinente de identificar e descrever as hipóteses e estratégias por meio das quais o aluno constrói o seu conhecimento linguístico.

Seguindo a mesma linha de entendimento, Castro afirma que: “Os aprendizes, em suas (re) construções ortográficas, demonstram um processo ativo, que não são simples violações às normas e, sim um produto de intensa elaboração, produtiva e dinâmica, resultado de intensa elaboração de imensas hipóteses implícitas. Assim aprender ortografia não é um simples armazenamento de formas corretas na memória”.

Cabe ressaltar, que o processo de aprendizagem das normas ortográficas é complexo e gradual, exige do educador uma interferência tolerante e respeito pelo erro do aluno sabendo interpretar os seus erros e orientá-los na aquisição da ortografia pois na escola o aluno não se pode escrever simplesmente o que se quer, aprende a escrever o que a escola impõe.

E Cagliari quem afirma:

“A escola mostra aos alunos que a correção gramatical é sinônimo de linguagem correta e perfeita [...] e não permite que a criança faça seu aprendizado da escrita como fez o da fala”. “Ela não tem liberdade para tentar, perguntar, comparar, corrigir, tudo deve ser feito ‘certinho’, desde o primeiro dia de aula”.

Cabe ao professor embasar-se conhecer a língua que pretende ensinar, observar, classificar e analisar os “erros” das produções escritas dos alunos e finalmente, planejar o trabalho a ser realizado em sala de aula, pois os saberes sobre a linguagem escrita devem ser ensinados e sistematizados. É preciso planejar situações que favorecem a aprendizagem da língua escrita (organização textual, recursos estilísticos, emprego das palavras e dos padrões da escrita: ortografia concordância, pontuação, etc.). O aprendizado é favorecido quando se adota procedimentos didáticos de análise e reflexão sobre a linguagem possibilitando aos alunos conhecer e se tornarem usuários competentes da língua escrita aprimorando as produções textuais dos alunos definindo, analisando e refletindo sobre os aspectos discursivos e gramaticais.

Por outro lado, o trabalho com o ensino e aprendizagem da leitura e escrita deve ser flexível, diversificado e favorecer a evolução dos alunos dentro de seus próprios ritmos incentivando-os a leitura de textos variados. “Não se formam bons leitores oferecendo materiais empobrecidos, justamente no momento em que as crianças são iniciadas no mundo da escrita. As pessoas aprendem a gostar de ler quando de alguma forma a qualidade de suas vidas melhora com a leitura”.